



# Município de Lagoa do Mato - MA

# DIÁRIO OFICIAL



## Diário Municipal

LAGOA DO MATO – MA, DIARIO OFICIAL MUNICIPAL N° 427, QUINTA – FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2021 PAG 01/05

### SUMÁRIO

#### LEI:

Paginas \_\_\_\_\_ 01/01

#### PORTARIAS:

Paginas \_\_\_\_\_ 01/01

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Paginas \_\_\_\_\_ 01/05

**LEI Nº 230 DE 13 DE AGOSTO DE 2021.** “AUTORIZA A DE DENOMINAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Art. 1º - Fica denominado “Edifício Valterli Bandeira de Oliveira, o prédio da Câmara Municipal de vereadores de Lagoa do Mato, e Plenário Martinho da Costa Filho, o plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lagoa do Mato/MA. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO/MA, 13 DE AGOSTO DE 2021. Alexandre Guimarães Duarte - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 080/2021, DE 16 DE AGOSTO DE 2021.** DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE. Art. 1º. CONCEDER, ao servidor(a) Paulo Sousa Freitas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano – Matemática – Zona Urbana, lotado nessa Secretaria Municipal de Educação, com exercício na Unidade Integrada Senador Alexandre Costa, matrícula nº 00251, inscrito no CPF nº 023.170.893-92, consoante dispõe o artigo 1º da Lei 190 de 24 de fevereiro de 2017 que altera o artigo 93 da Lei 174 de 10 de abril de 2015 do Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa do Mato - MA, Licença para tratar de Interesses Particulares por 3 (três) anos a contar de 16/08/2021 a 16/08/2024. Art. 2º. A presente PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO –MA. ALDAÍRES ALVES GUIMARÃES LOPES - Secretária Municipal de Educação.

**PORTARIA Nº 081/2021, DE 16 DE AGOSTO DE 2021.** DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE. Art. 1º. CONCEDER, ao servidor(a) Ronaldo Costa da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Zona Urbana, lotado nessa Secretaria Municipal de Educação, com exercício na Creche Municipal Tia Diva Albuquerque, matrícula nº 00404, inscrito no CPF nº 027.347.873-77, consoante dispõe o artigo 1º da Lei 190 de 24 de fevereiro de 2017 que altera o artigo 93 da Lei 174 de 10 de abril de 2015 do Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa do Mato - MA, Licença para tratar de Interesses Particulares por 3 (três) anos a contar de 16/08/2021 a 16/08/2024. Art. 2º. A presente PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO –MA. ALDAÍRES ALVES GUIMARÃES LOPES - Secretária Municipal de Educação.

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021.** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2021. O MUNICÍPIO DE LAGOA DO MATO - ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 01.613.315/0001-77, com sede na Praça 10 de Novembro, s/n – centro - Lagoa do Mato - Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Municipal de Administração, neste ato representada pelo Sr. Valmir Pereira Viana, brasileiro, portador do RG nº 53533196-7 SSP/MA e inscrito no CPF nº 850.617.003-68, residente neste Município de Lagoa do Mato-MA, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021, tudo em conformidade com o Processo Administrativo nº 013/2021, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva Homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa J M SIPAUBA COELHO - EPP, inscrita no CNPJ nº 22.826.597/ 0001-60

e Inscrição Estadual nº 12.469.961-8, com endereço à Rua João Soares Pessoa, nº 226 – centro – Lagoa do Mato-MA, neste ato representado pelo Sr. José Milton Sipaubá Coelho, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº 396.743.713-20, portador do RG nº 054152262014-2 SSP/MA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 124/2017, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 262/2021 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para Contratação, através de Sistema de Registro de Preços, de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustíveis, destinados a atender a demanda operacional da Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 001/2021, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

2.1. Faz parte integrante desta Ata todos os documentos e instruções que compõem o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2021, completando-a para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS:

Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2021 – Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela (s) abaixo:

Itens	Especificação dos Produtos	Marca	Quant.	Unid	V. Unit.	V. Total
01	Diesel S10	Ale Combustíveis	Sat600.000	Litros	4,91	2.946.000,00
02	Gasolina Comum	Ale Combustíveis	Sat200.000	Litros	6,31	1.262.000,00
Valor Total ----- R\$ (1,00)						4.208.000,00

O preço contratado será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na cláusula sétima deste instrumento. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição ou prestação de serviços pretendida nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei de Licitações. 4.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contínuos, incluídas as eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, conforme inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E LOCAL DA ENTREGA:

5.1. Os produtos deverão ser entregues, na especificação, quantidade e periodicidade especificadas no Edital, Termo de Referência – Anexo I e nesta ARP, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. Os materiais deverão estar em perfeita condições e de acordo com o Termo de Referência e a proposta apresentada, sob pena de serem devolvidos e exigidos sua substituição.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos referente ao fornecimento dos materiais objeto da presente Ata será efetuado nos termos do edital da licitação e anexos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata § 1º no Art. 65 da Lei nº 8.666/93. Durante a vigência da Ata, os valores registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou redução

dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, o Órgão Municipal responsável, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Prefeitura (Órgão Gerenciador) promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei nº 8.666/93](#). Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da respectiva Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato para determinado item. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do Fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro. As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O fornecedor terá seu registro cancelado pela Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato quando: Não formalizar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável; Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado; Estiver suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o município, nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93; For declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93; For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do Art. 7º, da Lei nº 10.520/02. Não receber a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada pela Administração unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93; O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: Por razões de interesse público; ou A pedido do fornecedor. O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço quando: Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior; A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, instruída com a comprovação do fato ou fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração Pública Municipal. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa quando motivada pela ocorrência de infração cometida pela empresa, observados os critérios estabelecidos na cláusula nona deste instrumento. Da decisão da autoridade competente do órgão gerenciador se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento, e/ou publicado na imprensa oficial. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será extinta, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA:

A empresa beneficiária do registro de preços fica obrigada a: Assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a respectiva nota de empenho e/ou contrato ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação; Executar o objeto nas condições acordadas, nas quantidades solicitadas, na forma definida no edital e seus anexos; Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente aos órgãos gerenciadores e participante(s) e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante; Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação atualizada de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas; Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o contratante; Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da contratação; Substituir produtos, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da notificação, por produtos com características e garantia estabelecida no edital e seus anexos; Manter preposto, aceito pela administração, durante todo período de vigência da ata de registro de preços, para representa-la sempre que for

necessário. Comunicar a fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato e prestar os esclarecimentos necessários. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Demais obrigações definidas no Edital e anexos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

A Prefeitura compromete-se a: Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA, devidamente identificados, quando necessário, às dependências da Prefeitura; Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; Notificar o fornecedor beneficiário do registro de preços quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou outro meio ou retirada pessoalmente pelo fornecedor; Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na entrega do objeto e interromper imediatamente a aquisição, se for o caso; Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas na Ata e edital; Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado; Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor, além daqueles que não apresentarem condições de serem utilizados; Demais obrigações definidas no Edital e anexos.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:

A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem. Os Órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este, através da CPL, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos materiais, decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Decreto Municipal nº 262/2021); As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (Decreto Municipal nº 262/2021); Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme Decreto Municipal nº 262/2021; A Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no Decreto Municipal nº 262/2021, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente Ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no Edital, em conformidade com Art. 7º da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, além do cancelamento do registro, nos termos da Cláusula Nona deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu ato ensejar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As omissões desta Ata e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuser o Edital de Licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela licitante, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta. O presente registro decorre da adjudicação ao promitente fornecedor do objeto disposto na Cláusula Primeira, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital da Licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços, conforme decisão do Pregoeiro da Comissão Central de Licitação, lavrada em Ata e homologação pelo Ordenador de Despesa. Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecidas as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal nº 262/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1. Para dirimir as questões oriundas deste Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Passagem Franca-MA. E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições estabelecidas na presente Ata, assinam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito. Lagoa do Mato-MA, 17 de agosto de 2021. Secretaria Administração e Finanças - Valmir Pereira Viana, CPF nº 850.617.003-68 Órgão Gerenciador; J M SIPAUBA COELHO – EPP CNPJ nº 22.826.597/0001-60 José Milton Sipauba Coelho CPF nº 396.743.713-20 Fornecedor.

ESTADO DO MARANHÃO

## DIÁRIO OFICIAL

Praça 10 de novembro, s/n, Centro – Fone: (99) 3492 - 1140

CEP: 65.683-000 – Lagoa do Mato – MA

Site: [www.lagoadomato.ma.gov.br](http://www.lagoadomato.ma.gov.br)

E-mail: [prefeituradelagoadomato@yahoo.com.br](mailto:prefeituradelagoadomato@yahoo.com.br)

Alexsandre Guimarães Duarte

Prefeito

Valmir Pereira Viana

Secretário de Administração e Finanças

Instituído pela Lei Municipal nº 189 de 13 de janeiro de  
2017

TONY SILVA  
LIMA:01720314357

Assinado de forma digital por  
TONY SILVA LIMA:01720314357  
Dados: 2021.08.19 18:12:26  
-03'00'